

**Formação da Agenda: Método de Policy Advocacy para  
Ensino de Políticas Públicas**

*Agenda-setting: Policy Advocacy as Teaching Method of  
Public Policy]*

**Leonardo Secchi**

Universidade do Estado de Santa Catarina

[www.callipolis.org.br](http://www.callipolis.org.br)

leonardo.secchi@udesc.br

---

## Formação da Agenda: Método de Policy Advocacy para Ensino de Políticas Públicas

### *Agenda-setting: Policy Advocacy as Teaching Method of Public Policy*

#### **Resumo**

O objetivo deste artigo é apresentar um método didático chamado Trabalho de Formação da Agenda como estratégia para reforçar a relação teoria e prática em disciplinas de Políticas Públicas. Este método vem sendo testado desde 2010 em curso de graduação de Administração Pública, e consiste em envolver os alunos em atividades de *policy advocacy*, ou seja, engajamento na influência da opinião pública e das agendas da mídia, política e governamental sobre a relevância de algum problema público ou proposta de intervenção. O artigo apresenta os conceitos fundamentais sobre o tema, o planejamento do método didático, as estratégias de orientação dos trabalhos de campo e o método de avaliação empregado. Os resultados são positivos do ponto de vista de aprendizagem dos conteúdos formais de políticas públicas e do engajamento estudantil em atividade política extra-classe.

**Palavras-Chave:** *Policy advocacy*, Políticas Públicas, Formação da Agenda.

#### **Abstract**

The objective of this paper is to present the Agenda-Setting Project as a teaching method for public policy in undergraduate courses. It consists in involving undergraduate students in policy advocacy activities, challenging them to influence the public opinion and the media, political and institutional agendas on the relevance of a public problem or public policy. The article presents the fundamental concepts of agenda-setting and policy advocacy, and the steps of the methodology: planning, orientation of the field work, and the evaluation method. The results are encouraging in terms of effectiveness in fixing basic public policy concepts and in terms of political engagement of students.

**Key-Words:** Policy advocacy, public policy, agenda-setting.

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios de uma disciplina de cunho teórico em ciências sociais aplicadas é fazer com que os estudantes tenham uma vivência mais próxima da prática político-administrativa. Diversos métodos são empregados, entre eles os mais usuais são os seminários, os casos de ensino, as visitas de campo e palestras com profissionais da área.

A disciplina de políticas públicas é uma disciplina teórica que apresenta os conceitos fundamentais deste campo de conhecimento, entre eles o de problema público, tipos de políticas públicas, o ciclo de políticas públicas, atores políticos, instituições, estilos de políticas públicas, mecanismos e instrumentos e políticas públicas. Esta disciplina, e todo o campo de conhecimento de políticas públicas, vem ganhando notoriedade nos cursos de graduação e de pós-graduação pelo seu caráter multidisciplinar, normativo e orientado à resolução de problemas públicos concretas. A disciplina já faz parte de grades curriculares em cursos de graduação e pós-graduação em administração pública, gestão social, ciências políticas, políticas públicas, gestão pública, sociologia, gestão de cidades, arquitetura e urbanismo, serviço social, enfermagem e saúde pública, ciências ambientais, educação, e segurança pública.

O objetivo deste artigo é apresentar um método didático chamado Trabalho de Formação da Agenda como estratégia para reforçar a relação teoria e prática em disciplinas de Políticas Públicas. Este método vem sendo testado desde 2010 no curso de graduação em Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e consiste em envolver os alunos em atividades de *policy advocacy*, ou seja, engajamento na influência da opinião pública e das agendas da mídia, política e governamental de algum problema público ou proposta de intervenção.

## 2 FORMAÇÃO DA AGENDA E *POLICY ADVOCACY*

O ciclo de política pública é o principal esquema heurístico utilizado para analisar políticas públicas. Também conhecido como processo de política pública, este modelo é derivado da teoria geral dos sistemas (BERTALANFFY, 1969) e organiza a “vida” de uma política pública em fases sucessivas e interdependentes.

Diversas são as maneiras de organizar o *policy cycle* (LASSWELL, 1956, MAY e WILDAVSKY, 1978, JONES, 1984, MENY e THOENIG, 1991), mas, em síntese, elas são representadas pelas seguintes fases: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção (SECCHI, 2010).

A etapa do processo de política pública que interessa a esse trabalho é a formação da agenda. Formar agenda significa influenciar a lista de prioridades de algum ator político. As agendas dos meios de comunicação, dos políticos e dos governantes são listas de prioridades formais ou informais daqueles temas públicos que merecem atenção.

Como os recursos organizacionais, financeiros e o tempo destes atores são limitados, os grupos de interesses buscam fazer com que suas demandas sejam ouvidas. Os grupos de interesses organizam atividades de engajamento na influência das agendas da mídia, política e governamental, e da opinião pública como um todo, para fazer que um problema público ou uma proposta de intervenção receba mais atenção.

Nas democracias ocidentais os trabalhos de *policy advocacy* e *problem advocacy* são empreendidos por associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, categorias profissionais, organizações não governamentais, e pelo próprio governo.

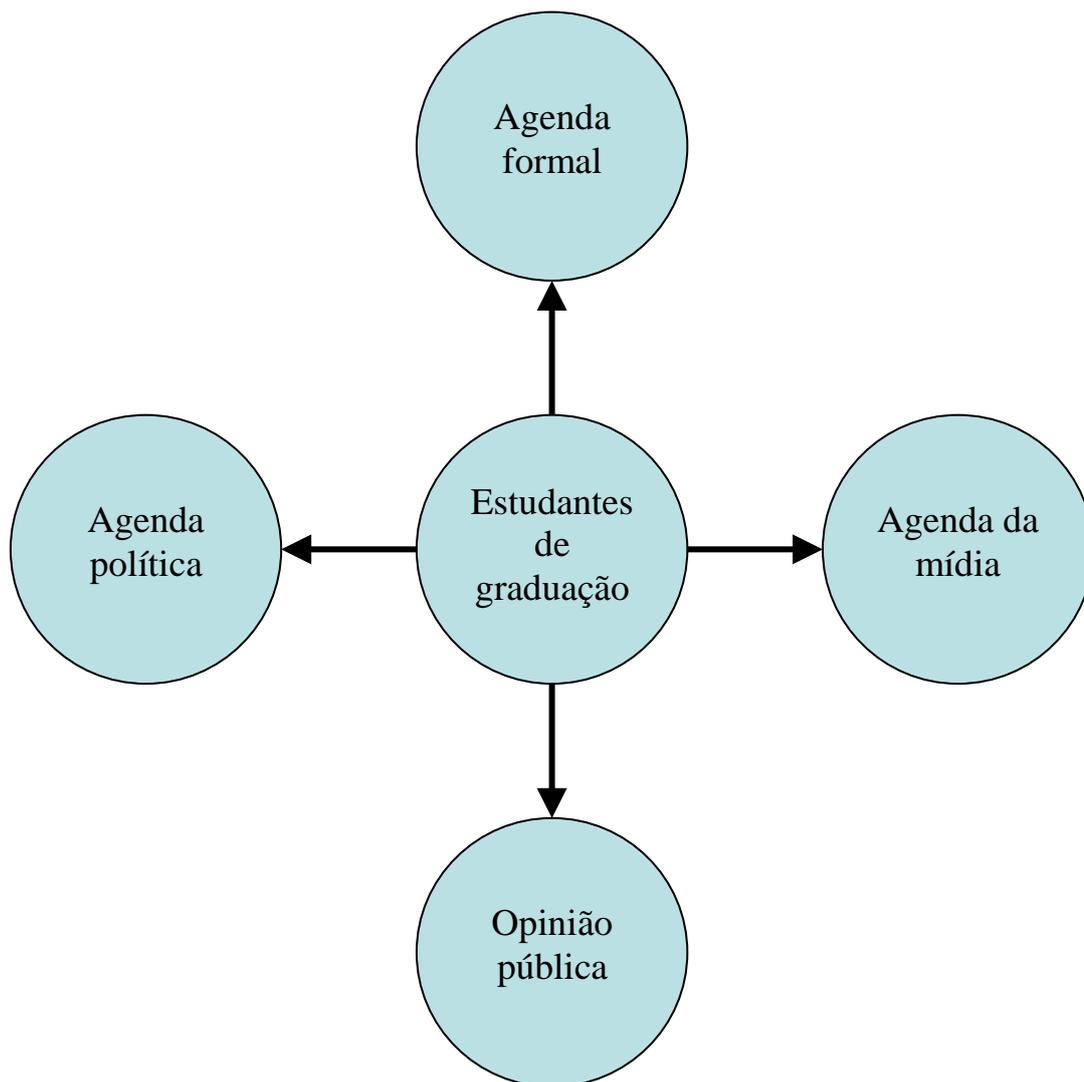
Segundo a literatura da área, existem dois modelos de influência entre as agendas (COBB, ROSS e ROSS, 1976; KINGDON, 1984). O primeiro modelo (modelo de iniciativa externa) é aquele em que a agenda da mídia influencia a agenda política, que por sua vez influencia a agenda formal ou institucional. Neste modelo a sociedade tenta influenciar as prioridades dos mandatários do Estado. O segundo modelo (modelo de mobilização) é aquele em que a agenda formal já está formada, um problema ou solução já está na pauta do governante, mas precisa fazer com que a sociedade o perceba como relevante.

Modelo de iniciativa externa: Agenda da mídia => Agenda política=> Agenda formal  
Modelo de mobilização: Agenda da mídia <= Agenda política <= Agenda formal

### Figura 1: Modelos de determinação das Agendas

Fonte: elaboração própria com base em Cobb, Ross, Ross, 1976.

No trabalho de formação da agenda, como método didático, emprega-se o modelo de iniciativa externa, ou seja, de influência de um grupo social (estudantes de graduação) quanto a um problema público ou política pública junto aos meios de comunicação, meio político e meio governamental.



**Figura 2: Trabalho de formação da agenda – atividades de influência**

Fonte: elaboração própria

Os estudantes também buscam formar a opinião pública, seja diretamente através de estratégias de mobilização social (passeatas, petições, ativismo nas redes sociais), seja indiretamente, por meio de artigos e depoimentos veiculados em meios de comunicação.

### 3 DESCRIÇÃO DO MÉTODO DIDÁTICO

O trabalho de formação da agenda consiste no engajamento dos estudantes na defesa de alguma solução ou problema público real. Durante estes dois anos de experimentação do método alguns exemplos de temas escolhidos foram o problema da panfletagem nos semáforos das grandes cidades, o problema de diagnóstico e tratamento da epilepsia, o problema dos flanelinhas guardadores de carros, o problema da poluição visual com excesso de publicidade no espaço urbano, a defesa de presídios indústria/agrícolas, a defesa de um programa de estímulo a cidadania fiscal, campanha para distribuição gratuita de protetor solar para trabalhadores expostos ao Sol, campanha para aumento da transparência de informações nos websites das Prefeituras, dentre outros.

No início do semestre há a escolha do tema, a divisão dos grupos de trabalho, e o planejamento das atividades. Durante o semestre os alunos se dedicam a formar agenda, ou seja, a buscar contato com meios de comunicação, organizações, políticos e governantes no intuito de sensibilizar a opinião pública da importância de um problema ou da necessidade de uma solução a um problema público identificado.

Ao final do semestre os estudantes apresentam para o professor e para os seus colegas os esforços empreendidos e os resultados de suas ações. Quanto maior o esforço demonstrado e a repercussão do trabalho dos alunos nos meios de comunicação, meios políticos e governamentais, melhor a avaliação de desempenho dos estudantes.

#### 3.1 Apresentação e planejamento das atividades

Logo no início do semestre o professor avisa que o trabalho de formação da agenda fará parte do rol de avaliações no semestre. Nestes dois anos de experimentação este trabalho formou de 20% a 30% do total da avaliação de desempenho do estudante na disciplina de políticas públicas.

É distribuído aos alunos um roteiro com instruções gerais sobre o trabalho. Nele consta a natureza e os objetivos do trabalho, tarefas principais a serem desempenhadas coletivamente, tarefas principais a serem desempenhadas em cada grupo, o cronograma, e os critérios de avaliação.

Dentre todas as atividades que o professor deve realizar no início do semestre, as mais importantes são: 1) a coordenação da escolha do tema; 2) a formação dos grupos de trabalho; 3) a explicação do conteúdo formal de formação da agenda, 4) o estímulo para que os alunos sejam criativos, livres e ousados na criação de táticas para alcançar os objetivos.

A escolha do tema é um dos determinantes do sucesso ou insucesso deste trabalho. Temas de políticas públicas que mais se adaptam a este trabalho são temas inéditos ou que ainda recebem pouca atenção pública. Este critério é importante para que a própria avaliação de resultados obtidos não seja enviesada. Temas gerais como desigualdade social, desemprego, saúde pública, qualidade do ensino, combate ao álcool ao volante já são exaustivamente abordados nos meios de comunicação, nos meios políticos e governamentais. Em outras palavras, já fazem parte das agendas, e eventuais inserções dos alunos ficariam diluídas em uma grande quantidade de notícias já veiculadas sobre estes temas. A escolha de temas mais específicos, que ainda não têm grande repercussão, além de incitar a criatividade dos alunos, e a sensibilidade a novos problemas públicos, facilita a posterior avaliação de desempenho, pois as inserções nas agendas são identificáveis pela singularidade.

Outra tarefa importante é a formação de grupos de trabalho. O tamanho dos grupos irá depender do número total de estudantes em sala de aula. A experimentação deste método vem mostrando que grupos de quatro a cinco estudantes estão próximo do ideal. Grupos menores que quatro encontram dificuldades na execução das tarefas, com perda de potencial criativo, sinergia e força de trabalho, e grupos maiores a cinco estudantes também sofrem com o fenômeno de *free riding*, ou seja, alguns alunos eximem-se de colaborar esperando que seus próprios colegas tomem o ônus do trabalho.

Nas experiências didáticas, adotou-se a estratégia de escolher um único tema/problema/solução para toda a classe. A escolha do tema é coordenada pelo professor, que solicita aos alunos trazerem ideias criativas, relevantes socialmente, e com certo grau de inediticidade. A escolha do tema é crucial, visto que esta irá acarretar na maior ou menor motivação dos estudantes, e terá maior ou menor potencial de conquistar adeptos, e se tornar um fenômeno de massa crítica (BALL,

2004). Apesar de conduzida pelo professor, a escolha do tema é feita por consenso entre os alunos ou, alternativamente, votação.

Após a escolha do tema são divididos os grupos por tarefas especializadas, cada um responsável por um tipo de mídia/destinatário:

- Grupo de coordenação (responsável pelo orquestramento das atividades de todos os outros grupos, planejamento, coordenação de esforços, distribuição de informações, pesquisas mais aprofundadas sobre o tema defendido);
- Grupo para inserções na mídia impressa;
- Grupo para inserções na mídia televisiva e rádio;
- Grupo para inserções nas redes sociais na internet;
- Grupo para contato com políticos e governantes;
- Grupo para corpo-a-corpo (responsável por levar a campanha ao conhecimento de outros atores e associações potencialmente apoiadoras, realização de passeatas, petições, abaixo-assinados, etc.).

Apesar de divididos em grupo, os alunos são alertados que a campanha é única, e que o trabalho de um grupo influencia o trabalho dos outros grupos: todos os grupos fornecem informações para as redes sociais, o grupo de contato com a mídia televisiva depende de atividades dos grupos de contato com políticos, do grupo para corpo-a-corpo, e assim por diante. O professor também tenta deixar claro que esta é uma “divisão artificial” do trabalho, com fins de avaliação de trabalho na disciplina, e que a cooperação cruzada entre os grupos é essencial para que a campanha ganhe sinergia.

### **3.2 Orientação dos trabalhos de campo**

Uma vez que ficou claro que o critério de avaliação do trabalho é baseado em esforço e resultado, os alunos assumem a iniciativa para organizar as tarefas e usar a criatividade para fazer agenda.

Um dos papéis do professor durante a execução deste trabalho é de dar dicas sobre caminhos mais fáceis e eficazes para que os alunos empreendam suas atividades. Estas dicas podem se referir a: a) qual tipo de atividade de relacionamento pode ser empreendida para formar agenda; b) que atores

potencialmente podem ser favoráveis ou contrários à causa; c) que táticas ou formas de relacionamento podem ser mais efetivas para passar a mensagem, e qual formato de mensagem é mais adequado para atingir os meios de comunicação, políticos e governantes;

A partir de repetida experimentação, as grandes dificuldades de implementação deste método didático são:

1. A falta de conhecimento dos alunos e do professor sobre o tema que irão se engajar;
2. A dificuldade de coordenação das ações dos grupos de trabalho;
3. A procrastinação de tarefas por parte dos alunos.

Engajar-se em uma campanha de defesa de política pública ou problema exige conhecimento de causa. Segundo Howlett e Ramesh (2003), cada tema de política pública (*issue*) está inserido em um subsistema de política pública. Deste subsistema faz parte a herança histórica do problema/política pública, legislação específica, atores individuais e coletivos que ocupam a arena de debate, questões culturais envolvidas etc. A dificuldade para os alunos está no entender rapidamente esse subsistema de política pública. Não raras vezes, uma compreensão mais apurada do subsistema ocorre apenas quando a campanha está chegando ao final do semestre.

Para que este problema não comprometa a qualidade do trabalho, uma das primeiras tarefas, após a formação dos grupos, é pedir para que os alunos estudem o tema escolhido. É dada recomendação para que eles busquem informações sobre o tema na internet ou entrevistem especialistas: dados qualitativos e quantitativos sobre o problema, legislação específica, histórico do problema ou, casos de sucesso e de insucesso da política pública em outras cidades, estados e países. O grupo de coordenação fica responsável por sistematizar as informações pesquisadas, e sintetizar a essência da “campanha” em um ofício. Este ofício mais tarde é utilizado como meio formal de comunicação com os *stakeholders*, como instrumento para homogeneização de discurso dos alunos, e para deixar a campanha clara e incisiva.

Para que a atividade ganhe mais unidade, os alunos são desafiados a elaborar um nome para a campanha, criar uma logomarca, e um slogan.

Também importante é a tarefa organizacional. Como consequência da divisão de tarefas em grupos, a coordenação das ações do grupo passa a ser fundamental durante todo o semestre. Esta é a tarefa principal do grupo de coordenação. Para o planejamento das ações é recomendado que eles utilizem uma matriz 4W1H, estabelecendo tarefas (o quê), responsáveis (quem), prazos (quando), local (onde), e método (como). Também é tarefa do grupo coordenador escolher uma plataforma de comunicação e atualização das ações empreendidas. Nas experiências já feitas, os grupos de coordenação escolheram como plataformas: grupo de e-mail do trabalho, Facebook, e mapa de atividades feitos em cartazes afixados nas paredes da sala de aula. Da parte do professor, tem-se demonstrado útil reservar tempo em classe para que as equipes se organizem e coordenem os esforços intergrupos.

Com relação à procrastinação de tarefas, outra atividade importante que o professor pode programar é o de controles quinzenais dos andamentos dos trabalhos, no intuito de fazer correções durante o processo e evitar que as atividades se acumulem no final do semestre.

### **3.3 O método de avaliação de esforço e desempenho**

Para o cálculo das notas individuais semestrais dos alunos engajados no trabalho de formação da agenda dois elementos estiveram presentes: esforço e desempenho do grupo avaliado pelo professor (50% da nota); e esforço e desempenho individual, com método de avaliação horizontal entre os próprios estudantes (50% da nota).

As avaliações de esforço e desempenho de grupo têm sido realizadas a partir de seminário ao final do semestre, onde é dado a cada grupo 30 minutos para apresentação. Os grupos são convidados a apresentar ao professor e aos demais alunos vídeos de notícias veiculadas na televisão, recortes de jornal, áudio de notícias veiculadas na rádio, notícias em websites, discursos de políticos que apoiaram a campanha, atas de sessões legislativas, ofícios encaminhados ou recebidos, telas extraídas das redes sociais Facebook e Twitter. Alguns grupos também preparam sínteses do total de tentativas de formação da agenda (número de e-mails encaminhados, audiências com políticos, visitas aos meios de comunicação, etc.) de modo a comprovar o quanto o grupo se dedicou ao trabalho. Não há trabalho escrito a ser entregue ao professor.

Com base nessas apresentações, e também na percepção de esforço demonstrado pelos grupos durante o semestre, o professor dá nota de 0 a 10 para cada grupo, sem distinção individual.

Já a avaliação de esforço e desempenho individual é realizada pelos próprios alunos. É sabido que em trabalhos de grupo há sempre riscos de *free riding*, ou seja, a apropriação de um benefício coletivo por um indivíduo que se exime a dar sua contribuição (OLSON, 1971, NORTH, 1981). Ou seja, se um aluno percebe que as notas de um trabalho são dadas ao grupo sem distinção individual, e se esse aluno percebe que o professor é incapaz de distinguir desempenho individual em um trabalho onde esforço e resultado é fruto de um trabalho coletivo, este mesmo aluno pode ter a tentação de trabalhar menos e esperar que seus colegas de grupo produzam o trabalho. Segundo Olson (1971), quanto maior e desarticulado o grupo maior também é a probabilidade de não-cooperação individual na geração de um bem coletivo.

Em trabalhos em grupo em sala de aula o fenômeno de *free riding* é generalizado, gerando imensos prejuízos para a aprendizagem e minando relacionamentos entre os estudantes.

Nos trabalhos de formação da agenda aqui apresentados, o tamanho dos grupos é pequeno, de quatro a cinco membros por grupo. Esse tamanho reduzido já auxilia a frear comportamentos não cooperativos dentro dos grupos, mas ainda sim não os impede. A forma radical de extinguir a possibilidade de *free riding* seria a de individualização de todos os trabalhos e todas as notas (BESANKO et. al., 2007).

A estratégia alternativa que foi pensada neste trabalho foi o de criar um mecanismo de punição/recompensa para que os próprios colegas avaliassem o esforço e desempenho individual de cada colega.

Imediatamente após a apresentação dos trabalhos de todos os grupos, o professor pede que cada aluno faça uma avaliação anônima e secreta de esforço e desempenho de cada colega. São passadas planilhas com o nome de todos os alunos da sala com a seguinte instrução:

1. Dê nota ao esforço/desempenho de cada um dos seus colegas, sendo três (3) a nota máxima e correspondente a esforço e desempenho muito bom, sendo dois (2) a nota intermediária e correspondente a esforço e

desempenho normal, e sendo um (1) a nota mais baixa e correspondente a esforço de desempenho insuficiente.

2. As notas são secretas e não há comunicação entre os alunos durante o preenchimento das planilhas. Apenas a média individual dos alunos é posteriormente divulgada, evitando assim que haja constrangimento no preenchimento das planilhas.

À medida que os alunos acabam sua avaliação horizontal o professor passa recolhendo as planilhas. Após a aula, o professor faz o somatório de notas individuais em planilha Excel. Por exemplo, na turma onde havia 15 alunos o máximo que um aluno poderia alcançar seria 42 pontos, ou seja, nota três de todos os seus colegas (não foi permitida auto-avaliação).

No entanto, um elemento pernicioso foi identificado nesse procedimento de avaliação horizontal. Alguns alunos não foram capazes de frear questões pessoais na hora de realizar a avaliação de seus colegas. Em alguns casos ficou evidente que a nota dada a um colega expressava mais a antipatia ou simpatia direcionada, do que uma avaliação refletida sobre o desempenho e esforço alheio. Outros ainda deram notas máximas a todos os colegas, sem distinção de mérito.

Para minimizar esses efeitos derivados da inexperiência/emoção dos alunos em avaliar seus próprios colegas, o professor decidiu eliminar as duas notas mais altas e as duas notas mais baixas que cada aluno recebeu. Eliminar pontos discrepantes é recurso utilizado pelas ciências estatísticas no intuito de obter uma média mais robusta, ou seja, mesclando noções de média e mediana.

O quadro a seguir ilustra o caso vivenciado na turma de 15 alunos. Nas linhas estão as notas recebidas pelos alunos. Nas colunas estão as notas dadas por estes mesmos alunos.

**Quadro 1 – Exemplo de notas dadas pelos alunos aos seus colegas**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Tot	NC
A		3	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	10
B	2		1	1	1	3	2	3	3	1	2	2	1	1	1	16	5,3
C	2	3		2	2	2	2	3	3	3	3	2	3	3	2	25	8,3
D	2	3	3		2	3	2	3	3	3	2	2	3	3	2	26	8,7
E	3	3	3	1		3	3	3	3	2	3	3	3	2	3	29	9,7
F	3	2	1	1	1		1	3	3	1	2	2	2	1	3	18	6,0

G	3	2	2	2	3	3		3	3	2	3	2	1	1	3	25	8,3
H	2	3	1	1	2	2	1		3	1	1	3	2	2	2	18	6,0
I	2	2	2	2	3	3	2	3		2	1	2	1	1	2	20	6,7
J	3	3	3	3	3	3	3	3	3		3	3	3	3	3	30	10
K	3	3	2	2	3	3	3	3	3	3		3	3	3	3	30	10
L	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	2		3	3	3	30	10
M	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3		3	3	3	30	10
N	3	3	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3		3	3	30	10
O	2	3	3	1	2	3	2	3	3	3	1	3	3	3		27	9,0

Fonte: Elaboração própria

Observa-se, por exemplo, que o aluno A recebeu nota máxima (três) de todos os seus colegas, com exceção dos colegas C e D que o avaliaram com nota um (1). O recurso de eliminar duas notas mais altas e duas notas mais baixas (notas destacadas em amarelo) fez com que a Nota Final do aluno A ficasse em 10,0.

Este mesmo recurso foi importante para evitar distorções causadas por avaliações pouco embasadas como, por exemplo, do aluno I que resolveu dar nota três para todos seus colegas, o que irremediavelmente puxaria as notas de todos para cima.

O total de pontos então deixou de ser 42 pontos para ser 30 pontos. A nota dada pelos colegas (NC = 50% da avaliação do trabalho de formação da agenda) foi resultado do Total de pontos dividido por 30. Por exemplo, o aluno H somou 18 pontos, e, portanto recebeu nota 6,0.

O trabalho de formação da agenda tem uma dinâmica diferente frente a outros trabalhos de grupo em sala de aula, pois se caracteriza como um trabalho integrado. Todos os grupos trabalham com os outros grupos, dependem de ações dos outros grupos e fornecem informações para todos os grupos. Por exemplo, a equipe responsável pelas mídias sociais era responsável também por criar a logomarca da campanha que seria usado por todos outros grupos, e o grupo de coordenação era responsável por criar o ofício que seria utilizado para os mailings, comunicação formal, telefonemas e inserções nas mídias impressa, eletrônica e televisiva. Essa peculiaridade fez com que os alunos estivessem sempre atentos ao desempenho de colegas de outros grupos. É importante destacar isso, pois no momento da avaliação os alunos são chamados a dar notas para todos os colegas, de seus grupos de trabalho e dos outros grupos.

Algumas justificativas metodológicas são necessárias para explicar a escolha da escala 1 a 3. É sabido que escalas maiores como a de 0 a 10 complicam a

comparação de avaliações, pois o significado das notas intermediárias também é construído socialmente. Em cursos de graduação onde a cultura avaliativa é dar notas altas para todos, os próprios alunos são influenciados por esta cultura e passam a proceder assim em suas avaliações. Por exemplo, em um curso de Direito uma nota 8,5 pode ser considerada uma nota baixa. Já esta mesma nota em um curso de Engenharia é motivo de comemoração. Utilizar uma escala de 1 (mínimo) a 3 (máximo) faz com que elementos culturais de avaliação sejam minimizados, e a faixa de notas individuais obrigatoriamente passa a ser de 3,33 a 10,0 no cálculo das médias de todas as notas atribuídas.i

Outra justificativa necessária é o fato da avaliação ter sido feita de surpresa, de forma secreta, e de maneira simultânea. O fato dos alunos não saberem como fariam a avaliação de seus colegas impediu uma ação coletiva dos alunos para combinarem avaliações. Se soubessem do método poderiam informalmente selar um pacto que todos dariam nota máxima a todos, com potencial de frustrar o método de avaliação.ii

O efeito percebido na aplicação deste método de avaliação horizontal foi que os alunos puderam “punir silenciosamente” aqueles que não colaboraram durante todo o semestre. O fato de a avaliação horizontal ser secreta impede possíveis retaliações por parte daqueles que se sentiram prejudicados pelas notas dos colegas.

Em outros trabalhos em grupo em cursos de graduação, o aluno de desempenho excelente muitas vezes se queixa pois sabe que terá que fazer todo o trabalho e receber a mesma nota que outros colegas que não se esforçaram tanto. O professor tem poucas informações do processo de construção extra-classe dos trabalhos em grupo. A nota dada pelo professor geralmente é baseada no resultado, e não no processo. Já os próprios alunos, no dia-a-dia têm informações do processo de desenvolvimento de trabalho, sabem apontar aqueles que colaboram e aqueles que não colaboram na construção de um trabalho de aula.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho de formação da agenda é uma alternativa didática que vem se mostrando capaz de motivar os alunos a envolver-se com a disciplina, com um tema de interesse coletivo, e com atividades criativas e de relacionamento com outros atores políticos.

Além dos esforços de ensino, aliados à matéria formal de formação da agenda e políticas públicas, o trabalho de formação da agenda também consegue agregar finalidades de pesquisa e de extensão.

A pesquisa é necessária para que os alunos tenham embasamento sobre a causa/problema/solução que irão defender. Em todas as experiências feitas, os alunos tiveram que pesquisar, ler, analisar e sintetizar informações de temas variados como sistema prisional brasileiro, causas, consequências e tratamento da epilepsia, regime tributário estadual e finanças públicas, etc. Esta atividade de pesquisa é importante para o aprendizado, mas também essencial para que a defesa da causa seja consistente.

O trabalho de formação da agenda também pode se transformar em trabalho de extensão universitária. Como lida com problemas públicos concretos, e essencialmente trata de mudança de opinião pública, o trabalho de formação da agenda permite que o aluno interaja de forma ativa com a sociedade. Em uma das experiências, o trabalho de formação da agenda teve parceria da Associação Catarinense de Epilepsia (ASCAE), e buscou prestar o serviço de informação, conscientização e desmistificação deste distúrbio neurológico mal entendido na sociedade. Ao final do semestre os representantes da ASCAE ficaram animados com os resultados concretos, bem como reconheceu que não teria pessoal ou recursos para empreender sozinha uma campanha dessas.

Fazendo adaptações este modelo de trabalho pode ser utilizado por outras disciplinas que lidam com mobilização social em cursos de gestão social, jornalismo e comunicação social, publicidade e propaganda, dentre outros.

Para que haja resultados positivos são essenciais o planejamento, a escolha de um tema “quente”, o ajuste de expectativas com os alunos, o estabelecimento de regras claras de avaliação de esforço e resultado, e a liberdade para que os alunos possam criar táticas próprias para o alcance dos objetivos.

## REFERÊNCIAS

- BALL, Philip. **Critical mass: how one thing leads to another**. New York : Farrar, Straus and Giroux, 2004.
- BERTALANFFY, Ludwig von. **General system theory; foundations, development, applications**. New York: G. Braziller, 1969.
- BESANKO, David, DRANOVE, David, SHANLEY, Mark, SCHAEFFER, Scott. **A economia da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

- COBB, Roger, ROSS Jennie-Kieth, ROSS, Marc Howard. Agenda building as a comparative political process, **The American Political Science Review**, vol 70, n. 1 (Mar. 1976), pp. 126-138.
- HOWLETT, Michael, RAMESH, M. **Come studiare le politiche pubbliche**. Bolonha: Il Mulino, 2003.
- JONES, Charles O. **An introduction to the study of public policy**. Monterey, Calif.: Brooks/Cole Pub. Co, 1984.
- KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little, Brown, 1984.
- LASSWELL, Harold D. **The decision process; seven categories of functional analysis**. College Park, Bureau of Governmental Research, University of Maryland, 1956.
- MAY, Judith V., WILDAVSKY, Aaron B. **The policy cycle**. Beverly Hills: Sage Publications, 1978.
- MENY, Yves, THOENIG, Jean-Claude. **Le politiche pubbliche**. Bologna: Il Mulino, 1991.
- NORTH, Douglass C. **Structure and change in economic history**. New York: W. W. Norton and Company, 1981.
- OLSON, Mancur **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

## Agradecimentos

Gostaria de fazer um agradecimento especial a todos os alunos do curso de Administração Pública de Florianópolis e de Balneário Camboriú que aceitaram o desafio inicial de testar o método, e de aperfeiçoá-lo com ideias brilhantes e engajamento inspirador. Também gostaria de agradecer os colegas do grupo de pesquisa Callipolis – Políticas Públicas e Desenvolvimento e do Departamento de Administração Pública da ESAG/UDESC, e, em especial a Ivoneti Ramos, Samantha Buglione, Deisiane Delfino e Enio Spaniol, que me incentivaram a transformar esta experiência didática em artigo.

---

<sup>i</sup> Poder-se-ia haver adotado a escala Likert de quatro pontas (de 0 a 3). No entanto, o professor julgou que, para este trabalho, apenas três pontas eram mais simples e de mais fácil compreensão para os alunos.

<sup>ii</sup> Também é possível ponderar que, mesmo sabendo do método de avaliação, os alunos que se esforçaram bastante durante o semestre aproveitariam o “voto secreto” para punir os *free riders*. Apenas a experimentação da revelação antecipada do método de avaliação pode dizer o quanto uma ação coletiva dos alunos, nesses moldes, é capaz de ser efetivamente construída.